

O Itamaraty prepara-se para entrar na renegociação da dívida

Mas, para Celso Furtado, o Brasil não tem chance de um bom acordo com o FMI.

A próxima renegociação da dívida externa brasileira, marcada para "um dia qualquer de outubro", terá uma participação ativa, embora tardia, do Itamaraty, que se encarregará da parte política dos entendimentos, enquanto o lado técnico ficará a cargo dos ministros Delfim Neto e Ernane Galvães. Isso, pelo menos, foi o que informou ontem um alto assessor de Galvães. O economista Celso Furtado, ex-ministro do Planejamento, no entanto, afirma que o Brasil não conseguirá com o FMI "nem mesmo uma renegociação para o próximo ano".

Ele garantiu ontem, em Belo Horizonte, que os banqueiros credores "estão muito cautelosos" diante da possibilidade de a economia brasileira sofrer alterações profundas após a sucessão presidencial e já pressionaram as autoridades monetárias do País a obterem dos candidatos à Presidência compromissos de manter o que for acertado pelo atual governo com o Fundo.

Celso Furtado, que assessorou o governador Tancredo Neves na elaboração de seu programa econômico de governo, informou que o ministro Delfim Neto não conseguiu ainda a renegociação porque deveria apresentar esta "espécie de carta branca" dos candidatos. Assegurou que Tancredo, em recente encontro com o ministro do Planejamento, ocorrido no Rio, "foi categó-



Furtado



Delfim

rico ao dizer que não dá nenhuma autorização" para que a nova negociação com o FMI seja apresentada também em seu nome.

Ele disse, também, que os próprios banqueiros credores já querem transferir as negociações para outubro, quando o processo sucessório, em suas opiniões, estará praticamente definido, e será conhecida a posição do próximo presidente com relação ao Fundo. A posição do governador Tancredo Neves, como candidato, segundo Celso Furtado, "é clara: trata-se de assumirmos plenamente a nossa soberania, não deixando que o FMI passe a ditar a nossa política salarial ou a política interna brasileira". Ele acrescentou que Tancredo quer continuar com a ajuda do Fundo, mas não nas condições impostas atualmente.

O ex-ministro explicou que o estatuto do Fundo, com relação ao Brasil, foi desvirtuado, para atender interesses de banqueiros que nele se reúnem. "Pelo estatuto do Fundo nenhum país poderia rece-

ber a quantidade de dinheiro que o Brasil recebeu. Mas pode pelas chamadas facilidades ampliadas do Fundo, como aconteceu com o Brasil, transformando-se numa máquina de produzir dólares", afirmou. Para ele o País precisa romper com essas "facilidades ampliadas" que submetem os países pobres à um "estatuto de soberania limitada".

— O estatuto do Fundo é diferente disso, e não precisamos romper com ele — frisou.

Celso Furtado disse, ainda, que apesar de preconizar "mudanças econômicas substanciais", Tancredo Neves, caso eleito, só conseguirá recuperar a economia brasileira depois de 18 meses de governo. A partir desse prazo, garantiu, a economia crescerá a uma taxa de 5 ou 6% ao ano.

Renegociação

A próxima etapa da renegociação da dívida externa brasileira foi um dos principais pontos de exame, ontem, numa longa reunião entre os ministros da Fazenda, Ernane Galvães, e Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores. Também participaram o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, e o chefe da Assessoria Internacional da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha. Outro assunto discutido foi o encontro de ministros dos países devedores, marcado para o próximo mês, em Buenos Aires.